

Novas tecnologias, inovações e dinamismo no desenvolvimento recente dos Estados Unidos

Ricardo Dathein

Professor Adjunto da Faculdade de
Ciências Econômicas da UFRGS.

Resumo

O artigo analisa o desenvolvimento econômico recente dos Estados Unidos, interpretando as inovações tecnológicas como fundamentais para explicar o processo. Estas teriam gerado uma aceleração dos ganhos de produtividade e produzido uma elevação da taxa de lucro média, induzindo investimentos em novos setores e ampliando-os em setores já existentes, além de se disseminarem de forma a produzir fortes impactos macroeconômicos. Por fim, o texto analisa a recessão econômica atual, discutindo as possibilidades de reversão e de continuidade da tendência econômica ascendente anterior.

Palavras-chave

Desenvolvimento; inovações; Estados Unidos.

Abstract

The article analyzes the recent economic development of the United States, interpreting the technological innovations as fundamental to explain the process. These would have generated an acceleration of the productivity gains and produced an elevation of the average profit rate, inducing investments in new sectors and enlarging them in already existent sectors, besides they be disseminated from way to produce strong macroeconomic impacts. Finally, the paper analyzes the current economic recession, discussing the reversion and continuity possibilities of the previous ascending economic tendency.

**Os originais deste artigo foram recebidos
por esta Editoria em 23.05.02.**

1 - Introdução

Para analisar o comportamento da economia dos EUA na última década, parte-se, neste artigo, da concepção que entende o desenvolvimento econômico como determinado fundamentalmente pelo processo de inovações e da análise sobre a evolução da taxa de lucro como definidor dos níveis de investimentos. Dessa forma, o objetivo do trabalho é argumentar e apresentar evidências a favor da hipótese de que o desenvolvimento dos EUA na década de 90 foi provocado por inovações de caráter schumpeteriano. Essas inovações, basicamente nas áreas das tecnologias de informação e comunicações, teriam induzido aumentos de investimentos e de produtividade também em outros setores, generalizando, suficientemente, seus efeitos, de forma a provocar grandes aumentos do PIB e a permitir um aumento simultâneo dos lucros, do emprego e dos salários reais.

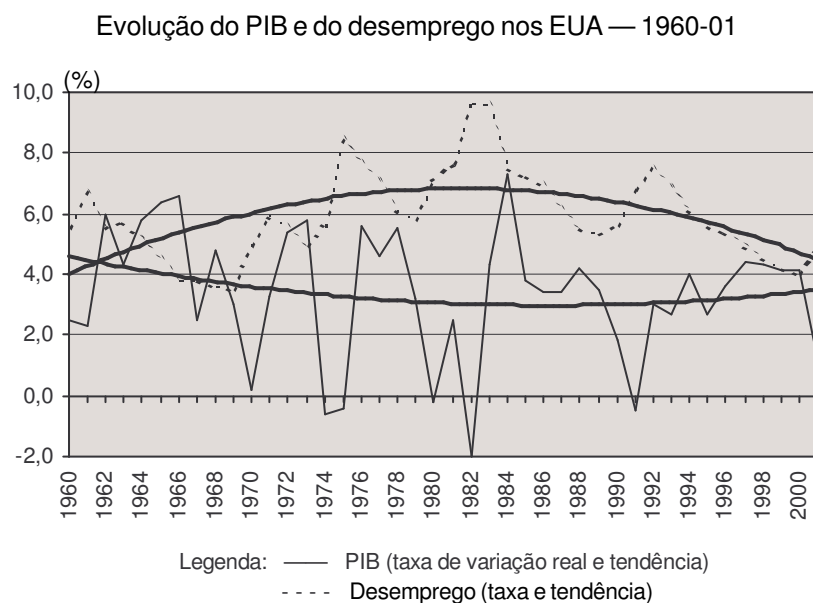
Na próxima seção, este texto analisa as possíveis mudanças de tendência de variáveis econômicas fundamentais, o fenômeno da “financeirização” e o processo de inovações dos anos 90, mostrando que os ganhos de produtividade foram razoavelmente disseminados. Na terceira seção, sobre o desempenho dos investimentos, discutem-se seu crescimento e sua constituição, destacando-se a forte presença dos investimentos em indústrias de alta tecnologia. Estes são compreendidos como determinantes para o bom desempenho da economia como um todo e das finanças públicas em particular. Na última seção, avalia-se a recessão atual, interpretando-a como resultante de um processo de sobreinvestimentos ocorrido antes de 2001. No entanto, tendo em vista as perspectivas de longo prazo das tecnologias de informações e comunicações, basicamente, e as políticas keynesianas adotadas, mesmo que de forma meramente pragmática, a perspectiva de reversão do ciclo é entendida como factível em um prazo não muito longo.

2 - Inovações e desenvolvimento nos EUA

Aparentemente, consolidou-se, depois da recessão do início dos anos 90, uma reversão tendencial de longo prazo (desde o início da década de 80) na evolução do PIB e do desemprego norte-americanos, apesar da manutenção dos ciclos (Gráfico 1 e Tabela 1). A taxa de desemprego desceu a níveis muito baixos para os padrões dos EUA (4,0% em 2000), enquanto a geração de ocupações chegou a níveis semelhantes aos dos anos 60. A massa de lucros antes e depois dos impostos aumentou fortemente, auxiliada também por uma redução de impostos sobre os lucros, que passou de 41,5% nos anos 60 para

31,9% nos anos 90. Por outro lado, a massa salarial voltou a apresentar forte crescimento, enquanto os salários médios reais na produção aumentaram depois de 20 anos de quedas (Tabela 2), retornando a um poder aquisitivo no ano 2000 semelhante ao já existente em 1967. Dessa forma e tendo em vista que os ciclos nos últimos 20 anos tenderam a ser não sincronizados entre os principais países desenvolvidos, não se pode falar de uma crise econômica de longo prazo generalizada em nível internacional, mas apenas de crises específicas (do Japão por exemplo). A principal economia do mundo, ao contrário, passou 17 dos últimos 20 anos em considerável crescimento (menos em 1982, 1991 e 2001), quase duplicando seu PIB real nesse período.

Gráfico 1



FONTE: BUREAU OF LABOR STATISTICS. Disponível em: <<http://www.bls.gov>> Acesso em: mar. 2002.
 BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. Disponível em: <<http://www.bea.gov>> Acesso em: mar. 2002.

Tabela 1

Evolução do PIB, do emprego, dos lucros e da massa salarial,
nos EUA, em períodos selecionados

| (%) | | | |
|----------|---------------|--------------------|-----------------|
| PERÍODOS | Δ REAL DO PIB | TAXA DE DESEMPREGO | Δ DAS OCUPAÇÕES |
| 1961-70 | 4,2 | 4,7 | 2,4 |
| 1971-80 | 3,2 | 6,4 | 2,1 |
| 1981-90 | 3,2 | 7,1 | 1,8 |
| 1991-00 | 3,2 | 5,6 | 1,7 |
| 1996-00 | 4,1 | 4,6 | 2,3 |

| PERÍODOS | LUCROS ANTES DOS IMPOSTOS/ /PIB | LUCROS DEPOIS DOS IMPOSTOS/ /PIB | Δ REAL DA MASSA SALARIAL |
|----------|------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------|
| 1961-70 | 9,9 | 5,8 | 4,4 |
| 1971-80 | 9,5 | 6,1 | 1,6 |
| 1981-90 | 6,6 | 4,2 | 2,3 |
| 1991-00 | 8,3 | 5,7 | 2,9 |
| 1996-00 | 8,8 | 6,0 | 4,5 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. Disponível em: <<http://www.bea.gov>>. Acesso em: mar. 2002.

NOTA: Médias anuais.

Tabela 2

Varição percentual da produtividade, da massa salarial horária e dos salários na produção, nos EUA, em períodos selecionados

| PERÍODOS | PRODUTIVIDADE | MASSA SALARIAL/ HORAS DE TRABALHO TOTAIS | SALÁRIOS NA PRODUÇÃO (1) |
|----------|---------------|--|--------------------------------|
| 1961-70 | 2,1 | 2,3 | 1,7 |
| 1971-80 | 1,4 | -0,1 | -0,3 |
| 1981-90 | 1,4 | 0,6 | -0,5 |
| 1991-00 | 1,5 | 1,2 | 0,4 |
| 1996-00 | 1,8 | 2,1 | 1,3 |

FONTES DOS DADOS BRUTOS: BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. Disponível em: <<http://www.bea.gov>>. Acesso em: mar. 2002.

BUREAU OF LABOR STATISTICS. Disponível em: <<http://www.bls.gov>>. Acesso em: mar. 2002.

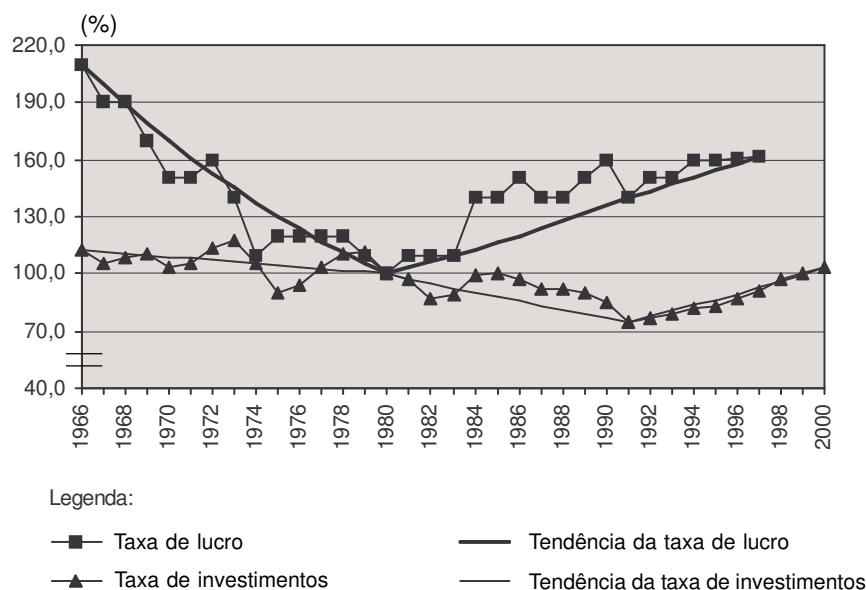
NOTA: Médias anuais reais.

(1) Salários brutos horários médios de trabalhadores sem cargos de supervisão no setor privado não agrícola.

Nos anos 90, ocorreu uma reversão da tendência de comportamento contraditório na evolução das taxas de lucro e de investimentos presente na década de 80 (Gráfico 2). O processo de descolamento dos anos 80 pode ser chamado de "financeirização". Ao contrário do comportamento "normal" dos anos anteriores a 1980, quando uma queda da taxa de lucro média levou a uma redução de investimentos, e dos anos posteriores a 1991, quando ocorreu o oposto, nos anos entre 1980 e 1991 a reversão da tendência de queda da taxa média de lucro não produziu um aumento da taxa de investimentos. Este último fato exige explicações, mas não está mais ocorrendo nos EUA, no período recente.

Gráfico 2

Taxa média de lucro e taxa de investimentos nos EUA — 1966-00



FONTE DOS DADOS BRUTOS: MOSELEY, Fred. The rate of profit and the future of capitalism. OECD ECONOMIC OUTLOOK. Paris: OECD, vários números. BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. Disponível em: <<http://www.bea.gov>> Acesso em: mar. 2002.

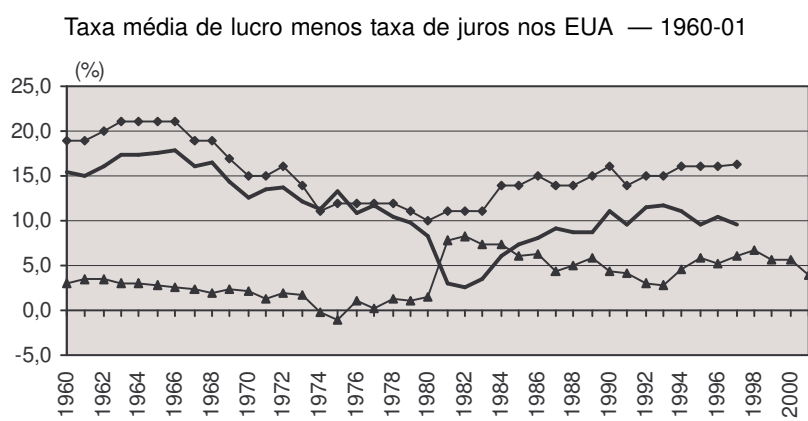
NOTA: 1. Base 1980 = 100.

2. Taxa de variação real dos investimentos privados fixos sem tendência.

Uma determinada abordagem sobre a “financeirização” explica-a como sendo resultante, dentre outros motivos, de políticas econômicas equivocadas, com prioridade excessiva no combate à inflação, em detrimento de outras variáveis, ou de políticas deflacionistas, com ênfase na flexibilização do mercado de trabalho, de acordo com as críticas keynesianas. Isso teria levado ao aumento das taxas reais de juros (Gráfico 3) e ao endividamento público crescente, gerando desestímulos aos investimentos produtivos. Com a liberalização financeira e a elevação dos fluxos financeiros internacionais, o processo tenderia a se perpe-

tuar (na busca de credibilidade frente aos capitais voláteis por exemplo) e explicaria os altos níveis de desemprego e os riscos contínuos de crises especulativas internacionais. Portanto, mesmo com a taxa de lucro média em elevação, a maior atração exercida pela esfera financeira teria induzido à queda dos investimentos produtivos.

Gráfico 3



Legenda: —●— Taxa de lucro —▲— Taxa real de juros —■— Taxa de lucro menos taxa de juros

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MOSELEY, Fred. The rate of profit and the future of capitalism. Review of Radical Political Economics, v. 29, n. 4, 1997.

OECD ECONOMIC OUTLOOK. Paris: OECD, vários números.

FEDERAL RESERVE. Disponível em:
<<http://www.federalreserve.gov>>

NOTA: A taxa real de juros utilizada é a *prime rate*.

Uma explicação alternativa seria a de que a recuperação da taxa de lucro média a partir de 1980 teria sido provocada, fundamentalmente, pelo rebaixamento dos custos salariais relativos e até absolutos, além dos salários indiretos via cortes no Welfare State. No entanto, isso não teria sido suficiente para provocar um impulso significativo nos investimentos. A “financeirização” teria surgido em um momento de falta de oportunidades de investimentos produtivos ou em uma etapa de transição do processo inovativo. Dessa forma, a esfera financeira teria exercido seu papel de refúgio do capital à espera de oportunidades

mais rentáveis na esfera produtiva. Examinando-se a diferença entre a taxa média de lucro e a taxa real de juros (*prime rate*), esta diminuiu, a partir de 1980, somente até 1982, com o salto dos juros (Gráfico 3). No período posterior, a redução gradativa da taxa real de juros levou, inclusive, a que o ritmo de elevação da taxa de lucro deduzida da taxa de juros fosse maior que o aumento da própria taxa de lucro, o que, mesmo assim, não provocou a reação dos investimentos. A partir de 1993, ao contrário, mesmo com uma elevação da taxa de juros, os investimentos cresceram, o que, aparentemente, poderia estar a demonstrar uma pouca relevância da política monetária na determinação dos investimentos.¹

Na década de 90, em oposição, teria ocorrido um processo de inovações ou de aplicações produtivas resultantes de desenvolvimentos tecnológicos que geraram elevação substancial dos níveis de produtividade, além de terem surgido novas oportunidades de investimentos produtivos com alta rentabilidade. A taxa de lucro média crescente provocada por essas inovações, agora, sim, teria induzido um forte processo de aumento dos investimentos. Como resultado, a taxa média anual de crescimento da produção entre 1992 (depois da recessão de 1990-91) e 2000 foi de 4,6% para o total da indústria e alcançou 33,2% nas indústrias de alta tecnologia (computadores, equipamentos de comunicação e semicondutores), chegando estas últimas a mais de 40,0% em 1995, 1997 e 2000 (Federal Reserve, 2002).

A produtividade horária do trabalho (PIB/volume total de horas de trabalho) atingiu um crescimento médio de 1,8% ao ano entre 1996 e 2000, depois de ter se reduzido a 1,4% no período 1971-90 (Tabela 2). O processo de inovações gerador desse crescimento da produtividade mostrou-se virtuoso, pois também garantiu um forte aumento de ocupações² (22,7 milhões de novos postos entre 1991 e 2000). Ou seja, os mecanismos de compensação em relação à potencial tendência das inovações tecnológicas à geração de desemprego funcionaram perfeitamente (Vivarelli, 1995). Como resultado do aumento da produtividade em 1,8% e como as ocupações cresceram 2,3%, a variação do PIB chegou a uma elevada taxa média de 4,1% de 1996 a 2000.

Uma posição cética em relação ao processo de aumento de produtividade é que ele estaria centrado somente nos setores da “nova economia”. No entanto, os ganhos, apesar de (obviamente) muito distintos, vão muito além dos setores ligados às tecnologias de informática e comunicações. Os aumentos médios anuais de produtividade entre 1996 e 2000 chegaram a 2,7% para o total das

¹ Antes de 1980, a queda da taxa de juros também não teria induzido maiores investimentos (comparar Gráficos 2 e 3).

² A jornada média anual de trabalho parou de decrescer desde o início dos anos 80, depois de reduções médias de 0,4% ao ano nas décadas de 60 e 70.

empresas e a 4,9% para o setor manufatureiro (4,1% para o período 1991-00), muito acima das médias dos anos 70 e 80 e da média global da economia (BLS, 2002). Em uma amostra de 457 setores e subsetores, o Bureau of Labor Statistics (BLS) também mostra que, em 61,9% dos casos, os aumentos de produtividade nos seis anos posteriores a 1993 foram superiores aos dos seis anos anteriores e que esses ganhos foram distribuídos entre setores muito distintos.³

A partir desses dados, pode-se constatar que os altos ganhos de produtividade não estão concentrados somente na área da “nova economia”. Ao contrário, são detectáveis em vários setores. As inovações tecnológicas das áreas de informática e comunicações possuem grande potencial para gerarem ampliações na produtividade de outros setores e também para tornarem mais eficientes os processos de distribuição (ao longo das cadeias produtivas). Por outro lado, mesmo depois de vários anos de expansão econômica, a produtividade continuou crescendo e, inclusive, acelerando-se, o que deve refletir ganhos efetivos e não somente de recuperação pelo uso mais eficiente da capacidade instalada. De outra parte, os ganhos também não podem ser entendidos somente como um efeito estatístico do auge cíclico, quando altas variações do PIB, além das necessárias para garantir ocupação para a PEA, gerariam elevadas variações da produtividade. Ao contrário, a análise setorial permitiria entender o processo como gerado efetivamente por inovações tecnológicas.

Em relação aos salários, constata-se que estes voltaram a crescer. Os salários horários médios na produção⁴ aumentaram, mesmo que moderadamente (Tabela 2) depois de se reduzirem quase continuamente desde 1973 (US\$ 15,28)⁵ até 1993 (US\$ 12,91), chegando a US\$ 13,75 em 2000. A massa salarial, depois de crescer a taxas menores que as do PIB quase permanentemente desde 1970 (quando representava 53,0% do PIB), retornou a uma trajetória de crescimento após alcançar o patamar mínimo em 1994 (46,1% do PIB), chegando a 49,0% do PIB em 2000, aparentando uma mudança de tendência (Gráfico 4). A relação entre a massa salarial e o total de horas trabalhadas, por outro lado, depois de ficar praticamente estagnada em termos reais entre 1972 e 1995,

³ Os maiores ganhos de produtividade entre 1993 e 1999 foram nos setores de informática e equipamentos de escritório (611,6%, o que corresponde a 38,7% ao ano, em média), componentes eletrônicos e acessórios (391,1%), subsetores da indústria têxtil (116,7% a 143,0%), indústria de produtos químicos inorgânicos (134,9%), comércio de equipamentos eletrônicos (103,6%), equipamentos de comunicação (100,7%), comércio por catálogo e correios (77,4%) e indústria de móveis (72,5%). Nesse mesmo período de seis anos, a produtividade global aumentou 8,7%, a das empresas, 12,9%, e a das manufaturas, 27,1%.

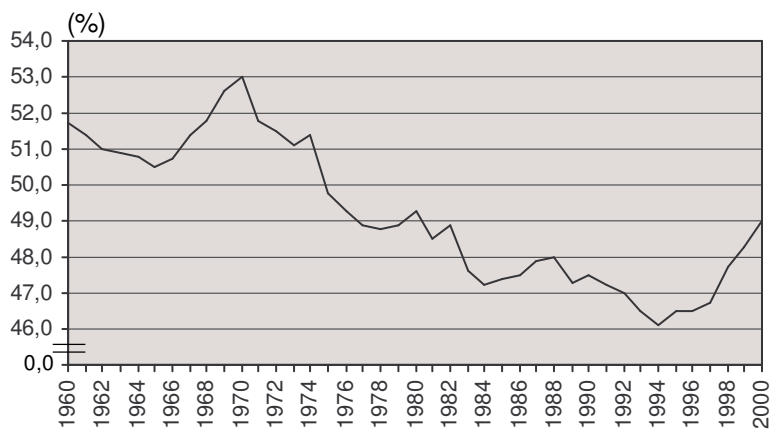
⁴ Salários brutos do setor privado não agrícola de trabalhadores na produção.

⁵ Em US\$ de 2000; assim como o valor seguinte.

também voltou a crescer a um ritmo semelhante ao dos anos 60 (2,1% ao ano, em média, entre 1996 e 2000) — Tabela 2. Dessa forma, também deve ser negada a hipótese de que o crescimento da economia se deriva simplesmente da intensificação da exploração dos trabalhadores. Para o período anterior ao do início dos anos 90, essa análise poderia ser válida. Porém, nos anos recentes, ocorreram expressivos ganhos salariais concomitantes ao crescimento do PIB. Isso não significa dizer que as condições salariais sejam satisfatórias, todavia indica que o seu nível médio teve a possibilidade de crescer em uma conjuntura relativamente favorável à força de trabalho, com altos ganhos de produtividade e relativa escassez de mão-de-obra qualificada.

Gráfico 4

Evolução da massa salarial em relação ao PIB dos EUA — 1960-00



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. Disponível em: <<http://www.bea.gov>>. Acesso em: mar. 2002.

Por outro lado, a trajetória ascendente dos lucros é anterior e significativamente mais acentuada que a dos salários. Depois de atingir apenas 3,1% do PIB em 1986, os lucros líquidos alcançaram 5,8% do PIB em 2000. Dessa forma, a relação entre os lucros líquidos e a massa de salários acrescida dos custos salariais apresentou comportamento ascendente, passando de 5,3% em 1986 para 10,0% em 2000.

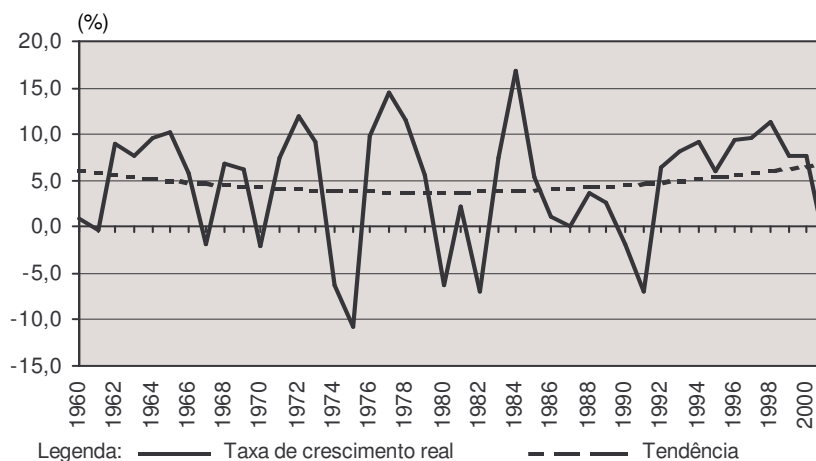
Depois dos anos 60, a persistente elevação da produtividade acima da variação salarial, mesmo com a primeira progredindo de forma cada vez mais lenta, levou à queda da participação da massa salarial no PIB. No entanto, a partir do momento em que as variações da produtividade aumentaram nos anos 90, os salários também voltaram a crescer, levando, inclusive, a uma elevação substancial da relação da massa salarial com o PIB a partir de 1994. Dessa forma, pode-se argumentar que o processo de inovações que induziu os maiores ganhos de produtividade também induziu ou permitiu maiores salários reais.

3 - Desempenho dos investimentos

A taxa de crescimento dos investimentos privados fixos no período recente chega a ser surpreendente: desde 1992 (depois da recessão do início da década passada) até 2000, pelo longo período de nove anos, a média real anual foi de 8,5% e chegou à média de 9,3% entre 1996 e 2000. Desde 1960, em anos isolados as taxas foram até maiores; contudo, em termos médios, ocorreu, no período recente, uma recuperação aparentemente tendencial (Gráfico 5). Esses investimentos alcançaram 17,4% do PIB em 2000, depois de baixarem para 13,4% do PIB em 1991. Por outro lado, existem evidências de que tenha ocorrido um aumento da eficiência desses investimentos, tendo em vista que, enquanto, nas décadas de 70 e 80, a participação dos investimentos privados fixos no PIB para cada ponto percentual de crescimento do PIB foi de 5,2% e 5,6% respectivamente, esse índice diminuiu para 4,7% nos anos 90 e para 3,8% entre 1996 e 2000. Esse fato pode ser explicado, provavelmente, pelo tipo dos investimentos, ligados de forma crescente às tecnologias de informação e comunicação.

Gráfico 5

Taxa de crescimento real e tendência dos investimentos privados fixos nos EUA — 1960-01



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. Disponível em: <<http://www.bea.gov>> Acesso em: mar. 2002.

A participação dos investimentos fixos do Governo em relação aos investimentos fixos privados, que era de mais de 40,0% no início dos anos 60, baixou para menos de 20,0% no final dos anos 70 e voltou a subir nos anos 80 para até 27,5% em 1991, ano a partir do qual voltou a cair até 18,5% em 2000. Em relação ao PIB, os investimentos governamentais também se reduziram, passando de 5,1% nos anos 60 para 3,3% nos anos 90. Esse comportamento é explicado, fundamentalmente, pela redução dos investimentos militares, que representavam 1,7% do PIB nos anos 60 e caíram para 0,7% do PIB nos anos 90. No entanto, essa queda relativa, explicada mais por motivos políticos do que econômicos, não indica que os investimentos do Governo tenham se reduzido. Ao contrário, no período recente (1996-00) cresceram 4,7% ao ano em termos reais, acima da taxa de variação do PIB. Os investimentos governamentais não militares, por outro lado, depois de atingirem um mínimo de 2,3% do PIB em 1983 e 1984, voltaram a crescer até 2,7% do PIB em 1999 e 2000.

Os investimentos que mais aumentaram, tanto no setor privado quanto no público, foram justamente os ligados às novas tecnologias de informações e comunicações (Tabela 3). Esses investimentos, em geral, cresceram fortemente, consideravelmente acima das médias do setor privado e do Governo, e por longos períodos. Para o Governo, observa-se que, apesar da redução dos investimentos militares, os investimentos especificamente em equipamentos eletrônicos e em *softwares* militares cresceram muito. Esse processo elevou a participação dos investimentos privados fixos em equipamentos de informática e *softwares* no total dos investimentos privados fixos de 20,8% em 1990 para 27,2% em 2000.

Tabela 3

Varição percentual dos investimentos fixos privados e governamentais selecionados nos EUA — 1987-95 e 1996-00

| PERÍODOS | INVESTIMENTOS FIXOS PRIVADOS | | |
|----------|---|------------------|-----------------------------|
| | Computadores e Equipamentos Periféricos | <i>Softwares</i> | Equipamentos de Comunicação |
| 1987-95 | 21,6 | 14,4 | 5,5 |
| 1996-00 | 42,6 | 18,0 | 17,6 |

| PERÍODOS | INVESTIMENTOS FIXOS DO GOVERNO | |
|----------|---------------------------------|--|
| | Equipamentos e <i>Softwares</i> | Equipamentos Militares (eletrônicos e <i>softwares</i>) |
| 1987-95 | 1,0 | 3,4 |
| 1996-00 | 7,5 | 10,6 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. Disponível em: <<http://www.bea.gov>>. Acesso em: mar. 2002.

NOTA: Médias reais anuais.

O dinamismo dos investimentos e o aumento da produtividade permitiram que o crescimento econômico, mesmo elevado e contínuo e tendo atingido um auge cíclico e sendo acompanhado de aumentos salariais reais, não gerasse uma aceleração inflacionária. Ou seja, essa combinação virtuosa foi gerada basicamente pelo processo inovativo, não tendo resultado fundamentalmente de

estímulos e controles macroeconômicos. No entanto, certamente o forte aumento das importações também conteve os preços. Esse mesmo processo gerou um importante e persistente aumento das receitas públicas correntes (que passaram de 27,6% para 30,6% do PIB entre 1992 e 2000) e permitiu uma redução de despesas públicas (de 33,5% para 28,9% do PIB no mesmo período),⁶ ao mesmo tempo em que o pagamento líquido de juros por parte do Governo se reduziu de 3,7% para 2,7% do PIB mesmo em um período de elevação das taxas reais de juros. Como resultado, transformou-se um déficit público de 5,9% do PIB em um surpreendente superávit de 1,7% do PIB entre os mesmos anos. Como conclusão, pode-se argumentar que os déficits públicos se tornaram desnecessários em um contexto de expansão liderada pelos investimentos privados impulsionados por inovações de caráter schumpeteriano.

No entanto, a aceleração do crescimento não foi impulsionada somente pelos investimentos. O consumo privado, pelo seu peso relativo e suas taxas de crescimento, teve um papel fundamental, sendo responsável por 70,0% da taxa de crescimento do PIB entre 1996 e 2000 e tendo aumentado sua participação no PIB de 66,0% para 68,2% entre 1990 e 2000. Durante um longo período, do final dos anos 60 até o início da década de 90, a participação da massa salarial no consumo reduziu-se fortemente (de 85,6% em 1969 para 69,0% em 1994), o que poderia explicar a necessidade de um crescente endividamento e de uma crescente participação de rendas não salariais no consumo (mesmo entre assalariados).

Por outro lado, a dívida pública dos EUA também cresceu fortemente, multiplicando-se por quatro, em termos reais, da primeira metade dos anos 70 até meados da década de 90, fazendo a sua relação com o PIB passar de menos de 30,0% para cerca de 50,0% entre esses anos. Esse crescimento ocorreu basicamente de 1982 a 1986 e de 1990 a 1993. No entanto, de 1996 em diante, a dívida pública reduziu-se forte e consistentemente, de forma que sua relação com o PIB chegou a 32,1% na metade de 2001, com um decréscimo real de 24,1% no mesmo período. Essa dívida pública era, desde o início dos anos 70 até 1994, cerca de 80,0% interna e 20,0% externa. A partir de 1994, essa composição se alterou bruscamente, chegando a 2001 com cerca de 65,0% interna e 35,0% externa (Int. Finan. Statist. Yb., 2002). Portanto, a queda da dívida pública foi primeiramente interna, visto que a externa continuou a crescer até 1998, a partir de quando a última também decaiu.

No período recente, o surgimento de um superávit público e a forte ampliação do déficit em transações correntes no balanço de pagamentos estariam a

⁶ Entre 1992 e 2000, as receitas e as despesas públicas aumentaram nominalmente 85,5% e 25,2% respectivamente, o que representa um crescimento real de 46,5% para as receitas (enquanto a variação real do PIB foi de 38,1%) e uma redução real de 1,1% para as despesas, segundo dados do FMI (Int. Finan. Statist. Yb., 2002).

indicar um crescimento do déficit do setor privado em relação ao Governo e ao Exterior, confirmando a tendência ao endividamento como fator dinamizador do desenvolvimento dos EUA. No entanto, em anos recentes, com o crescimento da massa salarial, sua relação com o consumo ampliou-se, passando de 69,0% em 1994 para 71,9% em 2000, indicando uma menor necessidade de endividamento entre os assalariados. Essa ampliação é pequena em relação aos patamares já alcançados anteriormente, mas também poderia estar a indicar uma reversão tendencial, tendo em vista que já durou seis anos, depois de 26 anos de quedas quase contínuas, assumindo, assim, importância maior.

O mercado de capitais naturalmente cresceu mais que proporcionalmente em uma situação de alto desenvolvimento. Entretanto, em um contexto de finanças globalizadas e com o desenvolvimento muito concentrado nos EUA, a atração de recursos foi amplificada, e, com isso, o preço dos ativos cresceu ainda mais, pressupondo lucros futuros além da realidade. Quando o ciclo reverte ou tende a reverter, a “bolha especulativa” desinfla ou pode “explodir”. Certamente esse processo financeiro teve e tem impactos sobre os investimentos produtivos, tanto positivamente no crescimento quanto negativamente no declínio cíclico. No entanto, não se constituiu em fator determinante essencial em qualquer caso para os EUA no período recente.

Em conclusão, o “extraordinário processo de inovações” ou “a revolução das tecnologias da informação” (Coutinho, 2000) teria provocado efeitos macroeconômicos fundamentais, de forma a explicar o desempenho dos EUA nos anos 90. A taxa de lucro e os investimentos cresceram com o aumento da produtividade, partindo de uma situação de baixos custos salariais. Dessa forma, a variação do PIB deve ter sido determinada tanto por baixos custos salariais, permitindo altos lucros estimuladores de investimentos, quanto, e aqui fundamentalmente, por inovações tecnológicas contínuas, gerando grandes ampliações de produtividade e novas oportunidades de investimentos.⁷ Portanto, o fator causal essencial do desenvolvimento dos EUA teria sido o processo de inovações produtivas, na medida em que este gerou investimentos em novos setores e novos produtos, ampliou-os em setores já existentes e disseminou-os para outras áreas. Os incentivos a essas inovações podem ter surgido tanto de um ambiente propício (com redução de impostos sobre os lucros, por exemplo) e das iniciativas de um empresariado com características schumpeterianas quanto da ação do Estado como indutor de inovações. O Governo dos EUA, por exemplo, tradicionalmente faz encomendas a empresas e a instituições de pesquisa, com importantes alocações de verbas, de novas tecnologias, que, posteriormente, se transformam em inovações, as quais terão encomendas estatais

⁷ Essa continuidade da produção de novas tecnologias e inovações, e não simplesmente o seu uso, é o que poderia explicar, dentre outros fatores, as diferenças atuais de desenvolvimento entre os EUA e o Japão por exemplo.

que funcionam como garantias de demanda para o setor privado antes que surja a demanda não estatal.

4 - Recessão atual e perspectivas

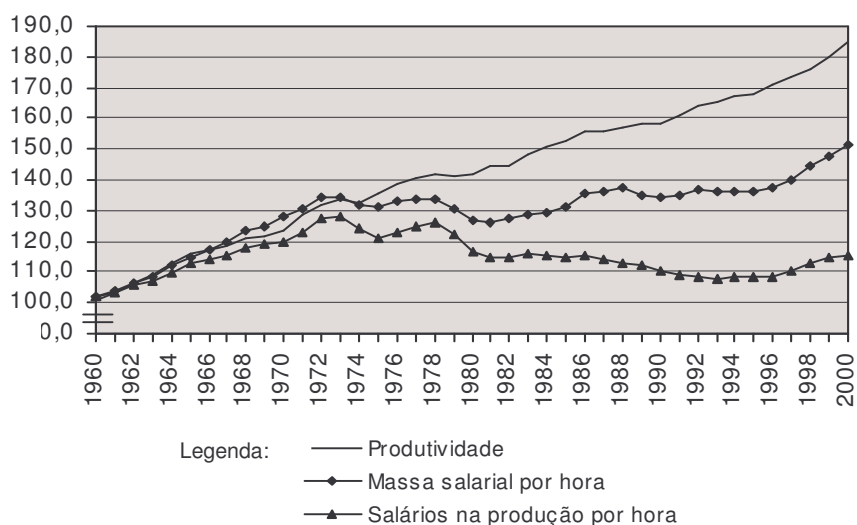
Inovações geradoras de desenvolvimento com caráter schumpeteriano não garantem o fim das crises econômicas. Ao contrário, elas próprias tendem a ser cíclicas. Além disso, e fundamentalmente no caso atual, os investimentos induzidos por esse processo tendem a ser cíclicos devido ao estímulo ao superinvestimento.

Nos anos recentes, ocorreram piores em vários indicadores econômicos. Os investimentos privados fixos reduziram sua taxa de crescimento em 1999 e 2000, tendo esta sido negativa em 2001. A relação entre os lucros e o PIB reduziu-se em 1998, recuperando-se apenas parcialmente em 1999 e 2000. Ao mesmo tempo, a massa salarial aumentou sua participação no PIB, e os salários médios cresceram, provocando um aumento dos custos salariais para as empresas. Como resultado, reduziu-se, em 1998, a relação entre o lucro líquido e os custos salariais, recuperando-se pouco em 1999 e 2000. Os ganhos de produtividade, por outro lado, não apresentaram problemas, tendo, inclusive, acelerado seu crescimento nos anos recentes. Sua relação com os salários, no entanto, é mais polêmica. Em relação aos salários médios na produção, houve um crescimento superior à produtividade somente nos anos de 1997 e 1998, ficando novamente abaixo nos dois anos posteriores. Na média dos anos 90 ou de 1996 a 2000, no entanto, a média de variação dos salários ficou substancialmente menor. Em relação ao indicador massa salarial/horas totais trabalhadas, ocorreram aumentos maiores que os da produtividade nos anos de 1997 a 1999 (2,4% superiores no total dos três anos), voltando a ficar menores em 2000 (Tabela 2 e Gráfico 6). Em relação ao balanço de pagamentos, houve uma piora considerável no saldo em transações correntes, principalmente após 1997, chegando a um déficit de US\$ 430,5 bilhões em 2000. Ao mesmo tempo, os juros pagos pelo Governo ao Exterior aumentaram muito, apesar de se reduzirem em termos totais e internamente.

Como resultado desses processos, diminuiu recentemente a participação da contribuição dos investimentos privados para a variação do PIB, que vinha em tendência ascendente, ao mesmo tempo em que aumentou a contribuição do consumo privado, que também vinha em tendência ascendente (apesar de já ter demonstrado uma pequena reversão em 2000). Os gastos do Governo, por outro lado, também aumentaram sua contribuição, apesar da tendência declinante anterior, enquanto as transações externas ampliaram sua contribuição negativa, que já era crescente.

Gráfico 6

Índices da produtividade, da massa salarial real por hora e dos salários horários reais médios na produção, nos EUA — 1960-00



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. Disponível em: <<http://www.bea.gov>> Acesso em: mar. 2002.
BUREAU OF LABOR STATISTICS. Disponível em: <<http://www.bls.gov>> Acesso em: mar. 2002.

NOTA: Base 1959 = 100.

Como ocorreu algum aumento salarial superior ao crescimento da produtividade, poder-se-ia argumentar que um processo de esmagamento de lucros tivesse originado a recessão atual. No entanto, esse processo, ao menos em média, foi pouco intenso, de curto prazo e reverteu-se em 1999 e 2000 com a aceleração dos ganhos de produtividade e com a redução dos aumentos salariais médios, além de que os salários partiram de patamares muito baixos depois de mais de 20 anos de contenção ou rebaixamento. Por outro lado, seria de se estranhar um sistema econômico que somente admite piores ou, no máximo, a manutenção da distribuição de renda e que entra em crise quando ocorre uma moderada melhoria na distribuição de renda em favor dos assalariados.

De outra parte, não houve nenhum problema de subconsumo originando a recessão. Ao contrário, o consumo é que conseguiu retardar a desaceleração, garantindo altas taxas de crescimento nos anos recentes. A partir dos mercados financeiros e de capitais, por outro lado, o comportamento parece ter sido apenas reativo. Nenhuma “bolha especulativa” teve papel gerador nesse processo. Uma política monetária relativamente neutra, além disso, permitiu que o “lado real” da economia funcionasse plenamente. De outra parte, não houve nenhum choque externo ou exógeno fundamental, assim como nenhum erro relevante de política econômica.

A explicação mais convincente para a origem da recessão parece ser a ocorrência de um processo endógeno de superacumulação. O crescimento real dos investimentos privados fixos foi de 10,2% ao ano, em média, entre 1996 e 1998, depois de estes já terem aumentado, em média, 7,5% nos quatro anos anteriores. Esse processo pode ter provocado uma queda na taxa de lucro média, o que teria induzido uma redução do ritmo de crescimento dos investimentos já a partir de 1999, enquanto as taxas de crescimento da produção industrial já vinham apresentando decréscimos moderados desde 1997 e a capacidade ociosa também aumentava a partir do mesmo ano. Mesmo assim, a economia continuou crescendo fortemente, impulsionada pelo consumo e pelos gastos públicos. No entanto, com a variável dinâmica negativamente afetada, a reversão teria que vir, o que ocorreu em 2001.

Em relação às indústrias de alta tecnologia, depois de um grande aumento das taxas de crescimento da produção de 1992 a 1997 (partindo de 4,4% em 1991 para 43,3% em 1997) e do grau de utilização da capacidade de 1992 a 1995 (de 73,3% em 1991 para 86,0% no último ano), começaram a aparecer alguns sinais de superaquecimento. A utilização da capacidade reduziu-se de 1996 a 1998, chegando a 79,8%, talvez devido a um excesso de investimentos (que passaram de uma taxa de crescimento média de 14,2% entre 1992 e 1995 para 20,9% de 1996 a 1998), enquanto o crescimento da produção nessas indústrias reduziu um pouco seu ritmo em 1998 e 1999. Neste último ano, o crescimento dos investimentos foi um pouco menor (17,9%), enquanto a utilização da capacidade voltou a crescer, o que deve ter induzido um novo crescimento da taxa de variação dos investimentos (para 20,4%) em 2000, quando a produção se elevou em um ritmo de 42,8% e o grau de utilização da capacidade elevou-se a 85,3%. O ritmo em 2000 demonstrou-se excessivo e insustentável, levando a uma queda, em 2001, de 3,6% nos investimentos e de 4,8% na produção, enquanto a utilização da capacidade se reduziu bruscamente para 65,6%.

A reação à recessão está sendo tipicamente keynesiana, com aumentos de gastos públicos (principalmente militares), propostas de cortes de impostos e reduções de taxas de juros no sentido de enfrentar a queda dos investimentos e do consumo privados. O ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, se, por

um lado, tendeu a agravar a recessão com o aumento da incerteza e dos custos com segurança, por outro, permitiu um maior acordo em relação às políticas keynesianas. Nesse contexto, ocorre uma quebra do consenso liberal sobre o equilíbrio fiscal, de forma que uma reação keynesiana pragmática e conservadora tem sido rápida e conta com alguma coordenação em nível internacional, podendo ser eficiente no sentido de ao menos estancar a brusca queda dos indicadores macroeconômicos. Além disso, como as contas públicas estão em bom estado, o alto superávit (US\$ 171,1 bilhões em 2000) permite uma ampla margem de manobra para o aumento dos gastos públicos e para o corte de impostos.

A queda de desempenho da economia foi grande em 2001, o que coloca dúvidas sobre a possibilidade da persistência da tendência ascendente anterior. A manutenção dessa tendência vai depender da profundidade e da extensão temporal da recessão. Como a reação do Governo norte-americano está sendo rápida e significativa e, de outra parte, ainda existem amplas margens de uso produtivo ou de inovações a partir das tecnologias de informações e comunicações em desenvolvimento, a possibilidade de reversão razoavelmente breve e de retorno à tendência anterior é plausível.

Referências

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. Disponível em: <<http://www.bea.gov>> Acesso em: mar. 2002.

BUREAU OF LABOR STATISTICS. Disponível em: <<http://www.bls.gov>> Acesso em: mar. 2002.

CHESNAIS, François. A “Nova Economia”: uma conjuntura específica da potência hegemônica no contexto da mundialização do capital. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 9, dez. 2001.

COUTINHO, Luciano. Inovação e euforia no ciclo americano. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 set. 2000.

DATHEIN, Ricardo. **O crescimento do desemprego nos países desenvolvidos e sua interpretação pela teoria econômica**: as abordagens neoclássica, keynesiana e schumpeteriana. Tese (Doutoramento) — Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. **The profit rate: where and how did it fall? Did it recover? (USA 1948-1997)**. [s.n.], 1999. Disponível em: <<http://www.cepremap.cnrs.fr/~levy/>> Acesso em: set. 2001.

FEDERAL RESERVE. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov>> Acesso em: mar. 2002.

FREEMAN, Chris; SOETE, Luc. **Work for all or mass unemployment?** Computerised technical change into the 21st Century. London: Pinter, 1994.

GLYN, Andrew. A social-democracia e o pleno emprego. **Política Externa**, v. 4, n. 2, set. 1995.

HOSSEIN-ZADEH, Ismael; GABB, Anthony. Making sense of the current expansion of the U.S. economy: a long wave approach and a critique. **Review of Radical Political Economics**, v. 32, n. 3, 2000.

INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS YEARBOOK. Washington: IMF, vários números.

MARGLIN, Stephen; SCHOR, Juliet (Eds.). **The golden age of capitalism**. New York: Oxford University, 1990.

MOSELEY, Fred. The rate of profit and the future of capitalism. **Review of Radical Political Economics**, v. 29, n. 4, 1997.

OECD ECONOMIC OUTLOOK. Paris: OECD, vários números.

OECD. Disponível em: <<http://www.oecd.org>> Acesso em: set. 2001.

SCHUMPETER, Joseph. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SCHUMPETER, Joseph. **Ensayos de Joseph A. Schumpeter**. Barcelona: Oikos-tau, 1951.

VIVARELLI, Marco. **The economics of technology and employment: theory and empirical evidence**. Aldershot: Edward Elgar, 1995.

WOLFF, Edward N. The recent rise of profits in the United States. **Review of Radical Political Economics**, v. 33, n. 3, 2001.